



UNDER STRICT EMBARGO: 6 June 2012, 15:30 CET

Resumo para a América Latina e o Caribe na véspera da Rio+20

Uma legislação rigorosa e sua efetiva aplicação são necessárias para proteger recursos naturais na América Latina e no Caribe

Crescimento populacional e consumo desencadeiam danos ao meio ambiente, mas crescem exemplos de mudanças positivas

Os ricos recursos naturais da América Latina e do Caribe são fundamentais para a saúde ambiental do planeta, mas qualquer tentativa de protegê-los será insuficiente se os governos da região não redobram seus esforços para criar novas políticas e aplicar as existentes.

Não faltam, no entanto, exemplos inspiradores de esforços para colocar a região no rumo certo para um futuro sustentável, os quais incluem desde políticas que reduziram as taxas de desmatamento na Amazônia a sistemas de trânsito em massa que podem ajudar a reduzir emissões no Brasil e na Colômbia e, assim, diminuir o ritmo das mudanças climáticas.

Se ampliadas e aceleradas, essas medidas podem ajudar a promover uma transição para uma Economia Verde em um momento em que nações de todo o planeta se preparam para participar da Cúpula Rio +20, a se realizar mais adiante neste mês.

Essas são algumas das principais constatações para a América Latina e o Caribe contidas no relatório Panorama Ambiental Global 5 (*Global Environment Outlook 5 – GEO-5*), que analisa a situação ambiental mundial e acompanha avanços logrados em relação a metas e objetivos acordados.

A região abriga 23% de todas as florestas do mundo e 31% de seus recursos de água doce; no entanto, o crescimento populacional e padrões de consumo insustentáveis têm dizimado ambientes naturais em prol da agricultura e da extração de matérias-primas, com impactos sobre a biodiversidade da região.

A crescente população da região, já amplamente urbanizada, gera desafios para se garantir sistemas de abastecimento de água potável e saneamento em pequenas e grandes cidades, bem como para se reduzir a poluição do ar e a contaminação de seus rios, lagos, oceanos e mares.

A concorrência por recursos escassos e a distribuição desigual de benefícios geraram conflitos socioambientais e riscos para estilos de vida tradicionais e a sobrevivência de comunidades locais e indígenas.

Segundo o relatório, os maiores problemas são a falta de vontade política, a continuidade processual limitada decorrente de mandatos de curta duração e instrumentos inadequados para garantir a efetiva aplicação da lei.

Os governos da região devem assumir um compromisso mais sólido tanto em relação a novas políticas como a aumentar a eficácia das políticas existentes, garantindo recursos financeiros adequados para a sua implementação e mecanismos robustos de prestação de contas, transparência e inclusão.

www.unep.org/geo



1800-2012 Saving People and the Planet



Em nível regional, o relatório GEO-5 dedica uma atenção especial a políticas, destacando políticas nacionais e regionais bem-sucedidas que podem ser ampliadas e replicadas em outros lugares. Ele explora, também, novas tendências e prioridades regionais de ação.

Fatores subjacentes

A metodologia do GEO-5 tem como elemento central o conceito de que as pressões ambientais só poderão ser efetivamente eliminadas se seus fatores subjacentes forem equacionados. O relatório argumenta que as políticas tornam-se mais eficazes quando abordam as causas da degradação ambiental proativamente, ao invés de reagirem aos seus efeitos.

População

As 33 nações que compõem a região incluem o Brasil, a sétima maior economia do mundo em 2011, e pequenos estados insulares em desenvolvimento com economias frágeis. Sua população alcançou a marca dos 583 milhões de habitantes em 2010, segundo dados do Banco Mundial, mais do que duas vezes superior à cifra registrada na década de 1960. Aproximadamente 79% dessa população são urbanizados e a Grande São Paulo foi classificada como a terceira maior megalópole do mundo, com uma população de 20,3 milhões de habitantes.

Desenvolvimento econômico e globalização

Dados divulgados pelo instituto Global Insight em 2010 indicam que, nos próximos 40 anos, o Brasil, juntamente com a Rússia, a Índia e a China, começará a se equiparar aos Estados Unidos em seu Produto Interno Bruto (PIB).

Processos de urbanização, mudanças demográficas e o aumento da renda familiar em países como o Brasil sugerem que mudanças nos padrões de consumo de alimentos devem gerar fortes impactos sobre os sistemas alimentares regionais. Entre 1997 e 2008, observou-se um aumento de quase 5% no consumo diário de quilocalorias por pessoa na América Latina e no Caribe.

Os impactos ambientais provocados pela produção de carne em todo o mundo dependem da intensidade, extensão e gestão dessa produção. No entanto, a crescente demanda mundial por carne tem sido um importante impulsionador do desmatamento na América Latina, onde áreas de floresta estão sendo desmatadas para dar lugar a plantações de soja para alimentação animal.

A grande alta nos preços dos alimentos registrada em 2007-2008 e misturas obrigatórias impostas a biocombustíveis pela UE e outros países impulsionaram a ampliação de plantações de dendê na Colômbia e na Guatemala, da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar no Brasil e da produção de soja na Argentina e no Brasil.

Situação ambiental - questões prioritárias

No processo das consultas regionais preparatórias para a elaboração do relatório GEO-5, cinco questões ambientais prioritárias foram identificadas para a região da América Latina e Caribe: Terra, Água Doce, Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Governança Ambiental, que foi também selecionada como um tema 'transversal'.

Terra

O crescimento populacional e padrões insustentáveis de consumo aumentaram a pressão sobre terras para agricultura e extração de matérias-primas, dando margem a desmatamentos em larga escala.

O Plano de Implementação de Joanesburgo (JPOI) (WSSD 2002), que preconiza, em seu Parágrafo 40b, o desenvolvimento de um modelo de gestão integrada da terra, representa a principal meta internacionalmente acordada para essa questão.

www.unep.org/geo



1970-2010 Saving People and the Planet



Desde a década de 1960, a área ocupada por terras aráveis aumentou 83% na América Latina, coincidindo com um desmatamento expressivo. Em 2009, mais de 280 mil produtores latino-americanos e caribenhos administravam 23% de todas as terras de cultivo orgânico do mundo e as maiores áreas ocupadas por essas terras na região situavam-se na República Dominicana e no Uruguai.

Com o aumento da produção de carne (37% entre 1970 e 2008), aumentou também a área de plantio de soja para uso em rações de gado, que alcançou a marca de 98,8 milhões de hectares em 2009 em todo mundo, contra 74,3 milhões de hectares em 2000 e 50,4 milhões de hectares há trinta anos. A área de plantio de soja na América Latina e Caribe aumentou quase 80% entre 1999 e 2008.

A região está experimentando as taxas de desmatamento mais altas registradas mundialmente. Ela perdeu quatro milhões de hectares por ano entre 2005 e 2010, enquanto nos dez anos anteriores foram perdidos quase 5 milhões de hectares por ano.

ESTUDO DE CASO: Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

Uma queda observada nas taxas de desmatamento entre 2004 e 2011 (de mais de 25.000 km² por ano para pouco mais de 5.000) coincidiu com a adoção de novas políticas por parte do governo brasileiro no âmbito do Plano de Ação para Proteção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal do Brasil. O plano previu as seguintes medidas, entre outras:

- Criação de novas áreas protegidas em regiões com taxas elevadas de desmatamento
- Estabelecimento de um programa de monitoramento do desmatamento por meio de imagens de satélite
- Uma estratégia assertiva de aplicação da lei, que permite a apreensão, o confisco ou mesmo a destruição de imóveis rurais
- Retenção de crédito rural público para produtores que infringem normas ambientais
- Imposição aos municípios de uma obrigação de reduzir taxas de desmatamento até abaixo de um determinado limiar e de registrar áreas protegidas em um banco de dados, com vistas a tornar o desmatamento ilegal prontamente visível

O relatório identifica três medidas gerais no terreno das políticas que precisariam de um novo enfoque para reverter a degradação de terras: planejamento do uso do solo em múltiplas escalas, agricultura e pecuária sustentáveis e recuperação de áreas degradadas. Por exemplo, a gestão de terras indígenas comunais de comunidades tradicionais da Amazônia boliviana promoveu o bem-estar de populações rurais e indígenas e ajudou a proteger serviços florestais.

Água doce

A região da América Latina e Caribe tem a segunda maior pegada de água verde (água da chuva armazenada no solo) do mundo, ficando atrás apenas da América do Norte, com pouco menos de 1.500 cm³ por pessoa por ano, e enfrenta desafios nas áreas do saneamento e do abastecimento de água potável.

O Plano de Implementação de Joanesburgo (JPOI) (WSSD 2002), que preconiza, em seu Parágrafo 26, o uso eficiente de recursos hídricos e sua alocação equilibrada entre setores concorrentes, foi selecionado como um objetivo-chave para solucionar esse problema.

O consumo crescente de carne tem um efeito negativo sobre os recursos hídricos. A pecuária é responsável por mais 8% do uso de água doce no mundo e é uma das maiores fontes de poluição da água, gerando eutrofização (fluxo excessivo de nutrientes para corpos d'água), degradação de recifes de coral, problemas de saúde para seres humanos e resistência a antibióticos.

Um quarto da população da região não tinha acesso a sistemas de saneamento melhorados em 2010, parcela muito abaixo da prevista no Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de 16% até 2015.

www.unep.org/geo



Além disso, o litoral do Grande Caribe apresentou uma das maiores concentrações de lixo marinho entre 12 mares pesquisados entre 2005 e 2007.

O relatório identificou a necessidade de políticas nas seguintes áreas gerais para que a meta internacionalmente acordada possa ser alcançada: gestão integrada de recursos hídricos, abastecimento e consumo de água sustentáveis, ampliação de sistemas de abastecimento de água potável e de saneamento e gestão integrada de zonas costeiras.

ESTUDO DE CASO: Fundo para a Proteção da Água (FONAG)

O FONAG é um fundo fiduciário formado por contribuições de usuários de água em Quito, Equador. Seus recursos são usados para co-financiar atividades, projetos e programas concebidos para reabilitar e conservar 65.000 hectares de bacias hidrográficas que abastecem Quito e arredores. Fundos semelhantes foram desenvolvidos na Colômbia e no Peru.

Biodiversidade

A região da América Latina e Caribe abriga cerca de 70% de todas as espécies do mundo e quase 20% de suas regiões ecológicas. Sua economia depende muito dessa rica biodiversidade, mas ela está cada vez mais ameaçada por atividades humanas: a biodiversidade nos trópicos, que abrangem grande parte da região da América Latina e Caribe, sofreu uma redução de 30% desde 1992.

No contexto das novas metas de Aichi, previstas na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o Artigo 10 da convenção foi escolhido como a meta internacionalmente acordada para a biodiversidade relacionada a essa questão prioritária.

A biodiversidade da região está ameaçada por uma série de fatores interligados, entre os quais os seguintes: perda, conversão e alteração de habitats; superexploração ou uso insustentável de recursos terrestres e hídricos; práticas insustentáveis de manejo da terra; e pressões demográficas e globalização.

O relatório preconiza a adoção de políticas equitativas, baseadas em evidências, participativas e multissetoriais para proteger e restaurar recursos biológicos nas seguintes quatro áreas gerais:

- Aumento e expansão de áreas protegidas, melhorias na sua gestão e estabelecimento de uma maior conectividade entre elas
- Adoção da abordagem ecossistêmica para a gestão da biodiversidade
- Melhorias na conservação da biodiversidade por meio de pagamentos por serviços ambientais
- Acesso e benefícios compartilhados

ESTUDO DE CASO: Áreas Protegidas

As áreas protegidas da região da América Latina e Caribe, que incluem áreas marinhas, abrangem mais de 500 milhões de hectares em 4.400 zonas diferentes. Elas são vistas como uma das políticas mais importantes da região para a conservação da biodiversidade e podem também ajudar a promover adaptações a mudanças climáticas e a mitigá-las, além de contribuir para o PIB, se bem geridas.

Um exemplo dessas áreas é o Corredor Biológico Mesoamericano, criado por oito países da América Central, que constitui um caminho entre grandes e importantes habitats. Com o estímulo ao maior envolvimento da população local, o corredor ajuda a promover o bem-estar humano, garantindo, ao mesmo tempo, a proteção do patrimônio biológico da região.

Mudanças climáticas

As mudanças climáticas globais exacerbam muitos dos problemas existentes na região e também ameaçam avanços na promoção do desenvolvimento, redução da pobreza e crescimento econômico. Embora seja responsável por apenas 12% das emissões mundiais de gases de efeito estufa, a região já está sofrendo as consequências adversas das mudanças climáticas: padrões e eventos climáticos extremos estão se tornando cada vez mais frequentes e intensos e os níveis dos mares estão subindo, afetando os grupos mais vulneráveis da região.

Para fazer frente às mudanças climáticas, a região precisa assumir o compromisso de implementar, em bases sustentadas, metas internacionais e regionais como as previstas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seu Protocolo de Quioto (UNFCCC 1998, 1992) e no Quadro de Ação de Hyogo (ISDR 2005).

A Amazônia ilustra a dimensão do problema. A Amazônia constitui um componente vital do Sistema Terra, já que contém a maior diversidade de organismos terrestres do planeta, troca grandes volumes de água e energia com a atmosfera e, portanto, afeta climas locais e regionais, além de ser um importante sumidouro de carbono e um reservatório de 90 bilhões de toneladas de carbono - cerca de um quinto de todo o carbono contido nas florestas tropicais do mundo.

A Amazônia sofreu duas grandes secas, do tipo que só costumava ocorrer uma vez a cada século, em 2005 e 2010, as quais provocaram uma mortalidade rápida e generalizada de árvores e grandes aumentos das emissões de carbono em regiões que normalmente são sumidouros líquidos de carbono. As secas aumentam a vulnerabilidade a incêndios florestais, porque tornam as florestas mais inflamáveis e favorecem a propagação do fogo. Segundo simulações realizadas, os efeitos das mudanças climáticas poderão, por si sós, reduzir em um terço o bioma Amazônia até 2100.

O relatório preconiza uma gestão ambiental sustentável para florestas e ecossistemas essenciais; redução da vulnerabilidade das populações da região por meio de medidas eficientes de adaptação; eficiência energética e desenvolvimento de novas fontes renováveis de energia; ecoagricultura; e mudanças nos sistemas de transporte, implementadas em bases social e ambientalmente responsáveis e apoiadas por mecanismos financeiros e econômicos internacionais.

ESTUDO DE CASO: Sistema de trânsito rápido para ônibus

Uma análise metódica das necessidades sociais facilita a implementação de iniciativas ambientais mais eficazes, que podem também promover o desenvolvimento social. Por exemplo, uma iniciativa que substituiu o sistema convencional de transportes por um sistema de trânsito rápido para ônibus, implementada inicialmente em Curitiba, Brasil, e posteriormente em Bogotá, Colômbia, e em outras cidades, confirma que projetos bem concebidos podem gerar múltiplos benefícios ambientais e sociais, como a mitigação de mudanças climáticas e melhores opções de mobilidade.

Governança ambiental

A governança ambiental na região da América Latina e Caribe é um mosaico complexo, decorrente de uma grande diversidade de sistemas de governança em diferentes graus de desenvolvimento institucional e de uma gama diversificada de abordagens adotadas para questões ambientais, bem como de diferentes níveis de mecanismos de governança e desempenho. Alguns dos desafios a serem enfrentados são os seguintes:

- Mecanismos regionais e sub-regionais desempenham um papel importante na gestão ambiental, ainda que, em muitos casos, o meio ambiente não seja seu foco principal.
- A maioria dos países latino-americanos e caribenhos desenvolveu estruturas legais e institucionais nacionais para questões ambientais, mas sua capacidade de garantir sua efetiva aplicação é limitada
- O desenvolvimento precário de políticas ambientais em um contexto de globalização econômica, financeira, comercial e tecnológica agravou a situação

www.unep.org/geo



- Garantir uma gestão adequada de políticas ambientais nacionais e o equilíbrio necessário entre prioridades internas e, ao mesmo tempo, assumir compromissos previstos em acordos ambientais constitui um importante desafio para a região
- Os cronogramas de implementação de políticas, programas e projetos nem sempre coincidem com a duração de mandatos políticos.

O relatório preconiza a adoção de medidas nas seguintes áreas para melhorar a governança ambiental e, assim, promover ações relacionadas a outros temas prioritários:

- Geração de informações ambientais e melhorias na interface entre ciência e política
- Educação e cultura ambiental, com mais participação do público
- Economia ambiental e mecanismos de mercado
- Colaboração e coordenação
- Melhorias na justiça ambiental
- Mandatos mais longos e mais autonomia para técnicos ambientais do governo em cargos de chefia
- Mecanismos de financiamento criativos para facilitar a independência política.

ESTUDO DE CASO: Contabilizando os Custos de Danos Ambientais no México

O Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México usa o Sistema Integrado de Contabilidade Econômica e Ambiental do Banco Mundial para rastrear os custos de danos a recursos naturais e ao meio ambiente. Segundo os cálculos desse sistema para o período de 2005 a 2009, os danos ambientais e o esgotamento de recursos naturais, como recursos hídricos e minerais, acarretam custos de quase US\$ 90 bilhões por ano para o México.

Como “o que medimos afeta o que fazemos”, a capacidade de atribuir um valor financeiro a danos ambientais permite que decisores desenvolvam políticas ambientais baseadas em critérios tangíveis.

O caminho a seguir

A região adotou muitas leis ambientais, mas sua gestão precária e falta capacidade de aplicá-las na prática tem limitado sua eficácia. Além disso, as políticas não estão acompanhando o ritmo das práticas de produção ou sendo adaptadas às tendências globais e à integração internacional como deveriam.

Os governos da região devem assumir um compromisso mais sólido tanto em relação a novas políticas como a tornar as políticas existentes mais eficazes, garantindo recursos financeiros adequados para a sua implementação, desenvolvendo pesquisas e informações científicas e promovendo uma cultura de consciência ambiental e princípios padronizados de governança, como os da transparência, da prestação de contas e da inclusão.

Para que um modelo mais sustentável de desenvolvimento possa ser efetivamente implementado, são necessárias melhores estratégias nacionais e regionais para facilitar a adoção de políticas intersectoriais na escala necessária para abordar, simultaneamente, questões ambientais e econômicas. Para que a governança possa ser melhorada, a participação ativa da comunidade e um nível elevado de cooperação interinstitucional também são necessários. A combinação dessas abordagens pode ajudar a eliminar problemas ambientais e, ao mesmo tempo, reforçar o bem-estar humano. Iniciativas desse tipo são também cruciais para superar os desafios mais graves da região: a pobreza e a desigualdade.

Para obter mais informações, favor entrar em contato com:

Nick Nuttall, Porta-Voz e Diretor Interino, Divisão de Comunicação e Informação Pública do PNUMA, tel. +41 795 965 737 ou +254 733 632 755 ou e-mail: nick.nuttall@unep.org

Shereen Zorba, Chefe, Centro de Notícias do PNUMA, tel. +254 788 526 000 ou +254 20 762 5022 ou e-mail: shereen.zorba@unep.org

Alejandro Laguna, Oficial de Informação, Escritório Regional do PNUMA para a América Latina e o Caribe, tel. +507 305 3164 ou +507 305 3100 ou e-mail: alex.laguna@unep.org

www.unep.org/geo



1970-2013 Saving People and the Planet

